
HISTÓRIA, SUBJETIVIDADE E ARQUIVOS EM MICHEL FOUCAULT, PAUL VEYNE E GILLES DELEUZE¹

Flávia Cristina Silveira Lemos²

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA, Brasil.

Dolores Galindo

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, Brasil.

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA, Brasil.

RESUMO. O artigo apresenta algumas ferramentas para a realização da história por meio da arqueologia, da genealogia e da cartografia com Foucault, Deleuze e Veyne. O trabalho com documentos e arquivos, na perspectiva da história da produção da subjetividade, é relevante para as pesquisas em Psicologia. O texto visa, com efeito, propor procedimentos gerais sobre os estudos históricos e apontar algumas recomendações aos que desejam manejar fontes, presentes em arquivos públicos e privados. A escrita histórica perpassa conceitos importantes para a crítica à naturalização de práticas sociais e, assim, permite operar espaços de liberdade onde pareciam existir evidências. Foucault foi nomeado, por isso, de destruidor de evidências porque delineava marteladas, a partir de Nietzsche, das camadas petrificadas dos saberes, poderes e subjetividades, os quais compõem dispositivos de governo das condutas, no presente. Assim, é possível analisar historicamente os acontecimentos em jogo, em um campo móvel e de forças heterogêneas. A história da verdade é uma problematização, a qual possibilita desnaturalizar os saberes, mover poderes e deslocar subjetividades. Historicizar é criar fissuras e espaços outros.

Palavras-chave: História; subjetividade; documentos; pesquisa; psicologia.

HISTORY, SUBJECTIVITY AND ARCHIVES IN MICHEL FOUCAULT, GILLES DELEUZE AND PAUL VEYNE

ABSTRACT. The article presents some tools for the realization of history through archeology, genealogy and cartography with Foucault, Deleuze and Veyne. Working with documents and files from the perspective of the subjectivity production of the story is relevant to research in psychology. The text aims indeed propose general procedures on historical studies and point out some recommendations to those who want to manage sources, present in public and private archives. The historical writing permeates important concepts to the criticism of the naturalization of social practices and thus lets you operate spaces of freedom which seemed to be evidence. Foucault was named, so the evidence destroyer as outlined hammered from Nietzsche of petrified layers of knowledge, power and subjectivity, which make up governance arrangements of pipelines, at present. Thus, it is possible to analyze the historical events in the game, and in a mobile field of heterogeneous forces. The history of truth is a questioning which enables denature the knowledge, power and move move subjectivities. Historicizing is to create cracks and other spaces.

Keywords: History; subjectivity; documents; research; psychology.

¹ *Apoio e financiamento:* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² *E-mail:* flaviacslemos@gmail.com

HISTORIA, SUBJETIVIDAD Y ARCHIVOS EN MICHEL FOUCAULT, GILLES DELEUZE Y PAUL VEYNE

RESUMEN. El artículo presenta algunas herramientas para la realización de la historia por intermedio de la arqueología, la genealogía y la cartografía con Foucault, Deleuze y Veyne. Trabajar con documentos y archivos desde la perspectiva de la producción de la subjetividad de la historia es relevante para la investigación en psicología. El texto tiene como objetivo proponer de hecho procedimientos generales sobre los estudios históricos y señalan algunas recomendaciones para aquellos que quieren gestionar las fuentes, presentes en archivos públicos y privados. La escritura de la historia impregna conceptos importantes a la crítica de la naturalización de las prácticas sociales y por lo tanto le permite operar espacios de libertad, que parecía ser la evidencia. Foucault fue nombrada, por lo que el destructor de pruebas tal como se indica martillado de Nietzsche de capas petrificados de conocimiento, poder y subjetividad, que constituyen mecanismos de gobernanza de las tuberías, en la actualidad. Por lo tanto, es posible analizar los acontecimientos históricos en el juego, y en un campo de fuerzas móvil heterogéneos. La historia de la verdad es un cuestionamiento que permite desnaturalizar el conocimiento, el poder y mover subjetividades. Historización es crear grietas y otros espacios.

Palabras-clave: Historia; subjetividad; documentos; investigación; psicología.

Introdução

Esse artigo visa colaborar com os interessados em pensar o trabalho com arquivos, a partir de Foucault, Veyne e Deleuze. Um objetivo central do texto é abordar algumas ferramentas que auxiliem a realizar uma história com elementos conceituais da: arqueologia, genealogia e cartografia. Para tanto, parte-se do que Veyne (1998) delinea como história conceitual, pautada no manejo das fontes, presentes na pesquisa documental.

Com certeza, a história faz parte de seu método. Mas Foucault nunca virou historiador. Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação inteiramente diferente que a dos filósofos da história. A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo em que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos (Deleuze, 1992, p. 119).

Arqueologia, subjetividade, história e documentos

Foucault analisou historicamente a produção política da verdade, a qual permitia pensar a produção das diferenças no presente. A história da verdade foi tecida mais especificamente na arqueologia do saber enquanto descrição do arquivo sem recorrer à soberania do sujeito e a continuidade temporal porque o sujeito soberano e a linearidade da história eram correlatas à consciência de um suposto objeto essencializado.

A história seria, na arqueologia, construída por rupturas descontínuas e não por origens e totalidades finalísticas como na versão linear e de soberania do sujeito. Por isso, para ressaltar as demarcações de distinção entre história tradicional e história arqueológica, Foucault (2009) destacou como a história dos arquivos, presente na arqueologia, opera em termos das perspectivas descontínuas, dos lugares institucionais, das posições de sujeito, da constituição dos temas e dos objetos, da criação das formações discursivas por meio de séries distintas e entrecruzadas. Dessa forma, “o arquivo supõe o arquivista” (Farge, 2009, p. 11). Nesse aspecto, “o sabor do arquivo passa por esse gesto artesão” (Farge, 2009, p. 23).

Talvez, o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, essa maneira única que ele tem de expor o falar do outro, premido por relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las. O que vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo (Farge, 2009, p. 35).

A arqueologia permitiu a ampliação dos níveis de análise, os deslocamentos dos conceitos tradicionais da história totalizante, em prol de uma história descontínua. As perguntas de pesquisa ganharam um viés relevante para a história enquanto problematização dos documentos, compostos em arquivos da multiplicidade de extratos de saberes, singulares, heterogêneos e dispersos. A proposta de ruptura com a história consciência, formada pela escrita e analítica das continuidades foi um dos eixos principais do movimento da História Nova francesa, na década de sessenta, no século XX.

Para Deleuze (2005) e para Foucault (2009), a arqueologia é a história problema de um arquivo, é um diagrama de forças, entrecruzadas. Esse projeto de análise visou fazer proliferar as distinções, recorrências, entrecruzamentos de séries discursivas, assinalar as dispersões, marcar as atualizações, problematizar as condições de possibilidade de aparecimento de um objeto. Nesse aspecto, o documento deixa de ser inerte e passa a operar pelo movimento das forças. A história arqueológica passou a descrever o monumento como acontecimento na raridade do mesmo. Foucault (2004) propõe que nos desliguemos da ilusão da busca de uma origem essencial, da preocupação com um futuro porvir de perfeição teleológica para efetivar a materialidade das práticas concretas que constituem os objetos datados, sem essência e sem uma finalidade a atingir e a restaurar.

A arqueologia é relevante para a análise histórica da relação entre subjetividade e verdade, pois, a produção da diferença enquanto singularização só se torna possível na medida em que a descontinuidade é apresentada como dispersão entre verdade e criação de existência. A fabricação do arquivo de maneiras de viver opera uma correlação entre as subjetividades e os saberes que não é uma mera causalidade reducionista e nem uma natureza, afinal, há uma história da subjetividade e da verdade da ordem do perspectivismo, o tempo e no espaço em que destrói a noção de essência do sujeito e do saber.

Uma questão importante a delinear é que o arquivo, nessa análise, não teria uma unidade e nem uma totalidade a ser buscada, pois esse era o programa de estudos da escola tradicional da história, baseada em uma obra e na influência sofrida por uma intencionalidade de autoria. Na Nova História francesa, o arquivo ganhou estatuto de um conjunto dispersivo de acontecimentos, os quais foram relacionados arbitrariamente e devem ser lidos como enunciados e processos de enunciação e não como atos performáticos, proposições ou das frases pela semântica (Foucault, 2009).

Outro procedimento arqueológico de grande destaque, na História Nova, foi a análise dos espaços colaterais entre os enunciados, na formação de um arquivo. Há uma coexistência dos acontecimentos que deverá ser descrita e analisada (Deleuze, 2005; Foucault, 2009). Em decorrência desse procedimento, Foucault (2004) propõe que o arqueólogo percorra com atenção a ordem do discurso que foi criada, em uma temporalidade dispersa, em seu sistema de repartição, descrevendo os conceitos sem buscar coerência entre eles.

No bojo dessas práticas citadas até aqui, visualizadas na arqueologia do saber, Veyne (1979; 1998) afirmou a relevância de não fazermos dos conceitos e metodologias tipos ideais, universalizados. Para este historiador, foi crucial trabalharmos com uma história que não deixasse de atuar com conceitos, mas para sempre deslocá-los dos lugares de essência e, assim, historicizá-los como uma possibilidade de efetuarmos resistências. Dessa maneira, vale observar a dica de Cardoso Jr. (2001), ao recomendar aos estudiosos dos documentos que esses pensem a rede de intrigas que está presente em uma trama de forças heterogêneas e múltiplas da atualização/deslocamento dos acontecimentos histórico-conceituais.

O arqueólogo recomendava evitar a palavra conhecimento, pois não realizaria uma epistemologia da ciência como prática arqueológica. O arquivo não é realizado por um sujeito do conhecimento e sim nas tramas múltiplas entre práticas culturais, sociais, políticas, econômicas, subjetivas e históricas. O arquivo é formado por enunciados que têm correlatos, referentes; ou seja, eles se referem a um tema, em um espaço de correlação. Estes, por sua vez, estão ligados às condições de emergência dos objetos, em termos das possibilidades de aparecimento e de limitação. Os enunciados têm suportes, lugares e datas, podem ser repetidos; todavia, a enunciação não se repete (Foucault, 2009).

Nesse exercício complexo, em que aparecem rostos – mesmo que sejam apenas esboços –, insinuam-se igualmente a fábula e a fabulação, e talvez a capacidade de um ou de outro de

transformar tudo em lenda, de criar uma história ou de fazer de sua vida uma ficção. O arquivo também informa sobre esta transformação, e os modelos que se adotam, uma vez identificados, acrescentam mais sentido. Narrativa e ficção se entrelaçam; a trama é densa e não se deixa ler tão facilmente (Farge, 2009).

Os discursos são um conjunto de enunciados organizados em um sistema de formação discursiva, em que a análise não deverá ser interpretativa, nem partir de deduções lineares, mas das posições dos sujeitos, da formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos lugares institucionais, dos lugares estratégicos, da formação dos conceitos e dos temas (Foucault, 2004). “Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas”. (Foucault, 1988, pp. 112-3).

O arqueólogo não busca conceitos gerais e abstratos e sim os analisa em um jogo de aparição e deslocamento. Demarcar quais seriam as correlações entre os temas e as transformações ocorridas é importante, bem como levantar o espaço comum entre os conceitos e os temas que foram relacionados. Perguntar-se sobre a formação dos objetos nas condições de possibilidade da emergência dos mesmos é relevante para uma análise da descontinuidade histórica e para romper com qualquer ideia de identidade de um objeto contínuo no tempo (Foucault, 2009). A subjetividade não é identitária e, sim, dispersa e múltipla, rara e singular, constituída no tempo e espaço por práticas correlatas sem uma raiz original, que a determinaria de um modo causal e linear.

Há uma exterioridade do discurso e não uma lógica interna baseada em intencionalidades. Os discursos são práticas e quem fala se posiciona por um estatuto, um lugar de onde fala, o qual está articulado aos lugares institucionais ocupados. Já, as modalidades enunciativas estão vinculadas às ordens do discurso em termos de comentário, sociedades do discurso e doutrinárias etc. Para Foucault (2004), analisar o princípio do comentário é importante em termos de efetuar uma ontologia crítica de nós mesmos, pois a repetição de enunciados funciona pela lógica de um conjunto de autores hierarquizados pelos controles discursivos. Outro ponto relevante é a interrogação da formação das disciplinas e como essa organização dos saberes, de forma disciplinar, visa criar uma ideia de unidade discursiva para o que de fato é disperso.

O conhecimento do histórico está ligado à época de sua produção, ao presente do historiador, que é sempre novo. Se o presente é sempre novo e reinterpreta de forma nova o passado, a verdade do passado será também sempre nova, pois dominada pela novidade do presente... A história não encontra invariantes, não há um motor da história... As fontes do historiador são lacunares... (Reis, 2014, pp. 150-1).

Ainda vale observar a tática apresentada por Foucault (2004) da interrogação dos controles exercidos pelas sociedades doutrinárias e pelas sociedades do discurso dogmáticas. Ambas, selecionariam alguns discursos e interditarium outros, censurariam alguns e qualificariam outros. Nesse sentido, há um conjunto de práticas de rarefação/filtros e vigilâncias, às quais visam impedir a variação e diferenciação dos enunciados. Com efeito, Foucault (2009) destacou o quanto era importante assinalar se houve tradução na análise das modalidades enunciativas, das técnicas usadas para enunciar, da maneira da escrita dos enunciados e da reescrita dos mesmos, da sistematização e da síntese dos enunciados, realizada em um documento.

Foucault (2004), na análise da ordem do discurso consolidou um sistema de circulação/distribuição dos saberes, na maneira dos enunciados serem organizados pelas práticas editoriais, no funcionamento das bibliotecas, nas reedições e referências; em um currículo, nos formatos de publicações de artigos e na periodicidade de revistas. As regras do discurso ganharam materialidade de controle dos corpos, dos saberes e puderam criar sistemas de autorização e veto às falas e à publicação. “Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional... pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado e distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Foucault, 2004, p. 17).

Dessa maneira, valer-se do princípio do caráter local da crítica, proposto por Foucault, permite atuar sem um empirismo obtuso, ou seja, a tarefa da pesquisa ganha a notoriedade de uma crítica,

sendo localizada e armada com descrições enquanto um ato analítico e de escrita histórico-documental, refinado e denso, feito com rigor e coragem da verdade para interrogar as fontes a favor e contra o tempo, como ensinou Nietzsche (2003).

Nessa via metodológica, Deleuze (2005) salientou que analisar as posições de sujeito não é ativar um “eu primordial do qual o enunciado derivaria” (p. 19). O autor e sua obra devem ser interrogados historicamente pela crítica de Foucault à personalidade e ao ser da linguagem, na abordagem de uma cartografia das forças, em arquivo, na trama das intrigas dos enunciados dos documentos, analisados. Nesse sentido, Blanchot abriu um campo da produção da diferença à Deleuze e Guattari (2013), ao rejeitar as figuras do sujeito e da consciência enquanto impeditivas da singularização. Por isso, Blanchot foi importante para Foucault pensar a fragmentação de uma unidade subjetiva pela crítica à função autor e à invenção do homem, na modernidade. Esta dispersão é crucial para pensar a subjetividade e a verdade, na história, a partir de uma política de pesquisa em que a disciplina Psicologia jamais poderá legitimar a unidade de seu objeto porque o saber das psicologias nasce na própria descontinuidade em que a subjetividade é fabricada.

A interrogação da obra também é colocada em xeque por Foucault, nesse sentido porque seria lida como sempre ligada ao autor que a teria produzido, em uma vontade de verdade. A história como narrativa é fabricada por operadores do tempo e do espaço, relacionando os acontecimentos dispersos por perspectivismo. Uma pragmática das relações é constitutiva da escrita e ficção histórica, de acordo com Veyne (1998). A criação das ligações não implica em naturalizar forças em diagramas fixos. A dinâmica das intrigas e disputas não cessa e jamais pode ser paralisada por práticas de arquivamento. Dessa maneira, o arquivo está vinculado ao arquivista, assim como o documento à mão que o maneja e analisa, em que narrativa e ficção se entrelaçam em uma trama densa e multifacetada (Farge, 2011). Fica patente aqui a importância de abordar relações entre o arquivo, o documento e a subjetividade, na história. Por isso, um texto tem regras de produção, de circulação, de recepção e não é transparente e imparcial.

Os discursos estão vinculados aos poderes que o autorizam ou não, que os legitimam em certos espaços e os silenciam em outros. Um texto pertence a uma formação discursiva e não pode ser analisado isoladamente, pois tem relações de pertencimento social e orientações políticas, não sendo obra de um autor apenas (Albuquerque Jr., 2009).

Há casos em que o pesquisador só acessa o arquivo pela mediação de um funcionário que traz uma caixa com dossiês, relatórios e não permite o acesso do pesquisador ao local de armazenamento dos mesmos. Há também situações em que os documentos estão digitalizados em centros de documentação, organizados e bem conservados. Os documentos são efeitos de práticas concretas, ou seja, de fazeres históricos que tiveram tempo e lugar definidos. O objeto é resultado do que foi feito pelos homens na história, marcando a singularidade dos eventos históricos. Mais uma vez, é possível destacar que processos de subjetivação, ou seja, criação de subjetividades é são acompanhadas pelas práticas de objetivação, ou melhor, de produção de verdade. Assim, há uma raridade dos acontecimentos porque eles não se repetem, no máximo, são atualizados. As relações entre várias práticas auxiliam a problematizar os fazeres, em uma coexistência não natural e nem linear causal (Veyne, 1998).

Genealogia, subjetividade, história e documentos

O genealogista seria um amante das bibliotecas e dos documentos; estudando as notas de rodapé e prestando atenção em detalhes; lendo os textos empoeirados, os quais ninguém consulta e lê. Foucault (1979) já afirmava que a genealogia histórica é pacientemente documentária e que todo saber é uma crítica local, ou seja, a escrita histórica é uma narrativa das singularidades dos acontecimentos, pois não há leis da história e nem sentido original e final da mesma (Cardoso Jr., 2001). A genealogia permite tecer a política da pesquisa sem essência original e sem finalismos a alcançar, rompendo com o utilitarismo dos estudos, que pretendem fundir início e fim por dedução mecanicista, na problematização da subjetividade e da verdade.

A genealogia se preocupa ainda com os saberes que são desqualificados. Nas palavras de Foucault (1979), a genealogia abre espaço para que os saberes sejam capazes de lutar e

desdisciplinarizar os saberes sujeitados. Assim, a genealogia visava mover saberes desqualificados pela História tradicional e pouco acessados pela sociedade; mobilizando arquivos, analisando-os e os descrevendo, pacientemente, para operar escritas históricas das práticas concretas (Foucault, 1979).

A genealogia atua com documentos, o fazendo com paciência e meticulosidade. As relações de poder são estratégias, práticas não discursivas, uma política da verdade, delimitada por jogos que não cessam. As forças às quais se apoderam dos discursos e deles se apropriam são interligadas em diagramas, operando por rupturas e heterogeneidades. Um dos princípios metodológicos da genealogia é pontuar as resistências como parte dos jogos de poder, de saber e subjetivação, pois onde há poder sempre há margem para resistir. A emergência histórica de um objeto (saber disperso) é imanente (coexiste em zonas de indeterminação) com a fabricação política da diferença por meio da proveniência (subjetividade descontínua).

Um segundo alerta é não localizar o poder no Estado e na classe social ou em alguém visto como proprietário, na medida em que poder é ação sobre ação, é força agenciada com muitas outras forças, móveis e reunidas ao acaso dos encontros (Foucault, 1988). A quebra da centralidade e localização do poder auxilia a deslocar a subjetividade e a verdade de lógicas reducionistas dos determinismos econômicos e/ou políticos.

Outra precaução metodológica, a terceira, seria não pensar o poder apenas como repressão e opressão, a dominação é apenas o efeito das relações dinâmicas, articuladas em cristalizações das práticas. O poder circula entre os corpos e só pode operar em espaços de liberdade. Em algumas situações, pode desembocar em processos de estatização e, ainda ser limitado pela violência e escravidão, onde já praticamente não há como resistir (Foucault, 1996). Essa circulação cria abertura para a criação da liberdade entre os corpos, nas práticas de pesquisa, permanentemente, sem que haja uma noção ingênua de imparcialidade do pesquisador e, ao mesmo tempo, sem cair em maniqueísmos de manipulação dos estudos por práticas intencionais de um suposto sujeito soberano.

A genealogia visava dissipar a identidade e supostas raízes da mesma, vinculadas às tradições do passado. Nesse sentido, – preocupa-se com a emissão de singularidades, introduzindo o descontínuo no próprio ser, como afirmou Deleuze (2005). A História antiquário, segundo Foucault (1979) era voltada para a busca de raízes originais da língua, da cidade, da cultura, da família, da religião. Nessa vertente analítica de uma metodologia genealógica de Foucault é que Deleuze (2005) constitui uma leitura da arqueogenealogia como uma composição entre a arqueologia do saber e a genealogia do poder, na formação de um diagrama de forças, alinhadas pela diferença e singularidade dos arquivos da trama. O diagrama entra em consonância com a tessitura mesma da correlação de linhas dos enunciados e com a política da verdade, historicizada.

Outro aspecto da genealogia reside em criticar a História Monumental e todo o sistema de veneração ligado à mesma, na medida em que impedia a diferenciação no presente. “A veneração dos monumentos torna-se paródia; o respeito às antigas continuidades torna-se dissociação sistemática” (Foucault, 1979, p. 37). A idolatria de tudo que seria patrimônio material e imaterial da chamada humanidade seria uma armadilha, a qual impossibilitaria as forças de serem arregimentadas, na aposta para se viver o presente. A subjetividade e a verdade podem ser transformadas justamente porque há história afirmativa da vida no presente, a favor e contra o tempo, ao invés de um fetiche da história tribunal e idolatria do passado.

Para Veyne (1998), em conversa com Foucault, a história é feita de acontecimentos e estes não têm totalidade, nem origem ou teleologia; conceitos como progresso e evolução; pautadas na ideia de um sujeito da consciência e da história como linha linear do tempo cronológico enquanto um fio em linha reta da seta para o futuro lido como progresso social. Esse ato traz a possibilidade de fazer da descontinuidade uma história, a qual possa contar as intrigas, as tramas, os enredos, os quais foram marcados por práticas datadas, singulares e que ocorreram em um lugar e em um tempo específico.

Abre-se a brecha, então, para efetivar a história do presente sem cair na armadilha das intencionalidades e causalidades de busca dos primeiros motores ou qualquer tipo de lógica oculta e mecanicista da escrita da história. Tanto o arquivo quanto o documento são fabulados por tensões, marcados por jogos e disputas; constituídos por práticas de partilhas e de confrontos. A história é a escrita das intrigas, formadas por acontecimentos singulares. Assim, é o efeito de práticas, do que é

feito. O objeto da história não existe antecipadamente, ele é fabricado por fazeres, só se materializando por meio das práticas que o forjam (Veyne, 1979).

O olhar genealogista estaria voltado para a filigrana do arquivo, para a singularidade dos acontecimentos. A genealogia é uma das maneiras de escrever a história. Conforme Veyne (1998), o historiador ou aprendiz de historiador pode descrever e analisar as práticas concretas através da problematização das relações de poder e de saber, entrecruzadas em cada documento. O historiador encontra a história em cada objeto e em cada fazer. Observar e demarcar a raridade dos objetos só é possível pelo exercício de refinamento da análise.

Foucault (1979) salientou que o intelectual específico é aquele que atua no presente em que vive e na crítica local para efetivar uma história sem profecias que operam prognósticos do futuro a seguir e que não fica presa ao passado como tradição a ser repetida e imitada por uma cultura supostamente homogênea de um povo a conservar. Estudar a história é uma maneira de diferir do que se é e forjar passagens de um vir a ser.

A cristalização histórica de formas de vida conduz a ressentimentos e ódios às diferenças. A afirmação das potências dos encontros ganha em ruptura com repetições que enfraquecem a história na sua condição efetiva de transformação das existências. Foucault ressaltava a importância do trabalho com documentos para as lutas do presente e afirmava que realizava pesquisas com temas com os quais estava engajado politicamente (Artières, 2014). No intuito de problematizar essa questão acerca das relações de poder que atravessam o campo cultural, torna-se interessante observar algumas colocações realizadas por Foucault (1996) em sua lição inaugural ao *Collège de France*, o qual apresenta sua hipótese acerca da materialidade do discurso.

Um dos princípios de exclusão do discurso descritos neste texto refere-se à interdição da palavra: tabu do objeto, ritual da circunstância e direito exclusivo do sujeito que fala; aspectos esses que são vistos como as três formas de interdito que se relacionam entre si, revelando seu poder principalmente nos campos da sexualidade e da política (Foucault, 2004). Partindo do exposto, torna-se interessante pensar a cultura a partir da relação de saber-poder (Foucault, 1999), uma vez que a sua legitimação depende de aspectos de aceitação social e de qualificação do que é produzido. Portanto, ao problematizar o saber criado por meio de manifestações culturais implica, necessariamente, refletir sobre as redes de poder nas quais este saber se encontra e que o controlam segundo uma lógica de dominação. É pensando nessa prática, como o fazer do homem dentro da história, que a questão do poder aparece como fundamental para se pensar os processos de objetivação e subjetivação, a partir de uma ontologia do presente, ou seja, uma história da atualidade. Além disso, esse texto de Kant, segundo Foucault (2010), faz nascer outro tipo de questão e de interrogação na filosofia que não aquela ligada as condições em que um conhecimento verdadeiro é possível:

É uma tradição que coloca a questão de: o que é a atualidade? Qual é o campo atual das nossas experiências? Qual é o campo atual das experiências possíveis? Não se trata, nesse caso, de uma analítica da verdade. Tratar-se-ia do que poderíamos chamar de uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos (p. 21).

Essa história genealógica é resultado da luta empreendida por memórias, na tentativa de se manterem vivas, colocando em jogo um embate de forças empreendidas por práticas múltiplas que vão forjar o próprio sujeito dentro dessa trama histórica. É sobre a maneira como Foucault vai pensar a história e como ele vai conduzir seus trabalhos na tentativa de pensar o presente numa postura ético-política.

Cartografia, subjetividade, história e documentos

O arquivo se torna um mapa e cada sociedade tem os seus diagramas fluidos e móveis, em redes de alianças, dispositivos constituídos por singularizações e diferenças, atualizadas em visíveis e dizíveis. Portanto, “há uma história dos agenciamentos, assim como há um devir e mutações de diagrama” (Deleuze, 2005, p. 51). Há de se percorrer um método serial, analisando as curvas, os cortes, as multiplicidades de níveis e as correlações entre práticas discursivas e não discursivas. “O

pensar opera no interstício ... há apenas meios e entremeios ... mutação ... o devir, a mudança, a mutação, concernem às forças componentes e não às formas compostas” (Deleuze & Guattari, 2000, pp. 93-94).

Diante da relação entre arqueologia com a genealogia, a invenção de problemas está vinculada à realização de perguntas, às quais permitam interrogar os acontecimentos. A maior parte das pesquisas chamadas de ação, por exemplo, geralmente, respondem a encomendas de aplicar saberes, de apresentar soluções conhecidas como inovação em tecnologia. Deleuze e Foucault se preocupavam em criar perguntas e deslocar as respostas já prontas e dadas, às quais nos fazem repetir teorias e técnicas. Os documentos podem ser tomados como diagramas do presente, em regimes de visibilidade e de dizibilidade e podem ser lidos por meio de táticas descritivas e analíticas, mapeadas em sua mobilidade, nas práticas de visibilidade e de dizibilidade do dispositivo documento, em um arquivo determinado. Assim, é preciso tecer as tramas, mapear as intrigas e traçar as forças que compõem os acontecimentos como objeto de preocupação.

Eu me resguardo de fazer a lei. Tento, antes, colocar problemas, trabalha-los, mostra-los em sua complexidade tal que chegue a calar os profetas e os legisladores, todos aqueles que falam pelos outros e antes dos outros. É, então, que a complexidade do problema poderá aparecer em seu liame com a vida das pessoas; e que, por consequência, poderá aparecer a legitimidade de uma elaboração comum, através de questões concretas, de casos difíceis, de movimentos de revolta, de reflexões, de testemunhos (Foucault, 2010, p. 338).

Deleuze (2005), após a morte de Michel Foucault, escreve homenageando o amigo. Um dos textos é o livro *Foucault*, em que enfatiza que os estudos históricos seriam uma diagonal entre planos e na maneira de fazer operar visibilidades e dizibilidades. Dessa forma, surgiu um novo cartógrafo, Foucault, conforme Deleuze (2005). A analítica do poder possibilita a leitura atenta das forças, em sua minúcia e relações, mobilidade e dinâmica entrecruzada, que forja efeitos. Há um investimento político sobre o corpo, o qual passa a ser matéria de estudo, na cartografia.

Há precauções de método citadas por Foucault que Deleuze (2005) reitera e denomina postulados do poder a ser alvo de atenção, na produção da pesquisa. As possibilidades de vida como obra de arte e estilística da existência em campos de problematização se tornam aberturas a partir da imanência entre poder, saber e subjetivação (Deleuze, 1992). “Entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade, mas há também suposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro ...” (Deleuze, 2005, p. 81).

Os documentos e as histórias que narram são fragmentos do passado e não podem ser analisados como tivessem uma coerência e uma sequência linear. São restos e possuem lacunas, quebras e hiatos. Por isso, o historiador trabalha no limite da escrita e opera no limiar entre o passado e o presente, conseguindo alcançar uma perspectiva analítica do lugar institucional que ocupa e da posição subjetiva que ocupa.

Apesar destes espaços descontínuos, podem oferecer pistas sobre as sociabilidades, sobre os hábitos e valores, trazem narrativas de subjetividades vividas, tais como os diários, as cartas, os e-mails pessoais, as fotos de família, os blogs, as páginas nas redes sociais, os postais enviados, os móveis de uma casa, os vestuários de uma época, as maneiras de se alimentar, os prazeres e odores, os ressentimentos e rivalidades, abrigados em suportes da memória, os arquivos (Cunha, 2009).

As narrativas históricas e os fazeres das mesmas configuram experimentações múltiplas e multifacetadas, descontínuas, mas entrecruzadas em mapas que forjam escritas diferenciadas e recebem tratamentos metodológicos relacionados às disciplinas, objetos e saberes específicos a cada campo em que as fontes documentais são agenciadas (Cardoso Jr, 2001). “... Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro.” (Foucault, 1979, p. 171). Concluindo, os saberes são agenciados em dispositivos, formados por leis, arquiteturas, subjetividades, documentos, arquivos, dossiês, disciplinas, controles variados e minuciosas práticas concretas de poder, as quais são múltiplas.

Analisar historicamente os saberes, os poderes e a formação das subjetivações implica em atuar com data e lugar, tempo e espaço, sem os fixar na cronologia e na geografia estática dos mapas fechados. Trata-se de realizar diagramas e pensar a história por descontinuidades temporais, materializadas em um espaço determinado, em uma sociedade específica.

Deleuze e Guattari (2014) designaram essa prática como um gaguejar na própria língua para realizar um estranhamento da mesma, a fim de se abrir ao olhar estrangeiro e despregar-se das naturalizações que colam nos corpos e subjetividades. De acordo com Sforzini (2014), na pesquisa documental trava-se uma batalha no corpo, marcado pela história de forma a fazer a escrita de outras histórias abertas às multiplicidades das maneiras de viver e ser. A história problematizadora visava interrogar os documentos, colocá-los à espreita através de perguntas que desmontassem a trama do monumento fabricado peça à peça, em um arquivo.

Tratava-se de uma atitude crítica enquanto um trabalho do pensamento rigoroso sobre os eventos históricos (Gros, 2014). Assim, os problemas podem variar tanto quanto as perguntas forem ampliadas, ou seja, não há uma solução para as inquietações do pesquisador, apenas alcances analíticos fragmentários nas descrições e análises realizadas de forma que as fontes e as perguntas nunca são esgotadas em um trabalho (Lemos & Cardoso Jr., 2008). Para Gros (2014), fazer perguntas é problematizar. E, para Foucault (2004; 2009), analisar as práticas por meio de interrogações é exaurir os documentos, pacientemente, em cotejamentos de perguntas-problema. As perguntas que inquietam forjam subjetividades, no entrecruzamento com a política da história da verdade perspectiva.

A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição do problema, antes de se encontrar uma solução (Deleuze, 2004). Veyne (1998) salientava que a análise histórica de práticas é um inventário das diferenças, na medida justamente da possibilidade de abertura ao estranhamento do que, anteriormente era visto enquanto um objeto tratado naturalmente, dado à cristalização dos olhares e da fala – práticas de ver e de dizer, de acordo com Deleuze (2005).

Considerações finais

A pesquisa documental histórica auxilia na problematização de práticas sociais, da desnaturalização das mesmas e da ruptura com cristalizações. Trata-se de um olhar questionador e crítico da atualidade que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição de evidências (Lemos & Cardoso Júnior, 2008). Nesse aspecto, o documento não é uma prova da verdade e sim um artefato cultural e histórico e pode ser guardado em arquivos, bibliotecas e museus. Algo se torna documento por meio de relações entre valores, memórias, temporalidades e espaços específicos (Castro, 2008).

A problematização como pensamento crítico dos documentos, na história é uma proposta relevante para o movimento da chamada história nova (Rabinow e Rose, 2003). Foucault (2014) afirmava como valia à pena pela história efetuar uma arte da existência em prol de uma vida que pudesse ser experimentada tal qual uma obra de arte. Para tanto, opera-se a criação de uma história de nossas relações com a verdade e as regras que as constituem. Realizar uma análise das relações múltiplas e heterogêneas em que estamos atravessados e pelas quais resistimos é um trabalho sobre si e com os outros na história e na psicologia e significa certa forma de estar atento à vida e de como se olha e se diz algo para enfrentar as situações adversas da vida e das relações de disputa pelo exercício do cuidado de si e do outro, em um ocupar-se dos reveses da vida. Dessa forma, a história, segundo Foucault, “nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo em que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos” (Deleuze, 1992, p. 119). Por isso,

... a lógica de um pensamento não é um sistema racional em equilíbrio. Mesmo a linguagem parecia a Foucault um sistema longe do equilíbrio, ao inverso dos linguistas. A lógica de um pensamento é como um vento que nos impele, uma série de rajadas e de abalos. Pensava-se estar no porto, e de novo se é lançado ao mar, como dia Leibinz ... (Deleuze, 1992, p. 118).

A História permite efetuar lutas e criar brechas para novas práticas culturais, sociais e invenção de subjetividades além de ofertar procedimentos que permitem se pensar e problematizar o que faz com os outros e consigo no tempo e espaço em que se viveu e se vive. Por isso, visando colaborar para ruptura com os movimentos hierarquizantes dos valores e dos corpos, os quais operavam desqualificações e alguns face aos outros, Foucault (1999) buscava usar a história para romper com essas práticas. Nesse sentido, perguntou, na aula inicial do seu curso *Em defesa da sociedade* de 1976:

Quais tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência e de saber vocês querem minimizar quando dizem: 'eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista'? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destacá-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber? (p. 11).

Foucault (1999), ao falar sobre os “saberes sujeitados”, ou seja, sobre os saberes não qualificados, vistos como insuficientemente elaborados, aborda a importância de resgatá-los por meio de iniciativas que valorizem o “saber das pessoas”. Nesse sentido, pensar a cultura como esses saberes locais pode potencializar o processo de valorização das produções sociais em racionalidades abertas aos processos de diferenciação e criativos das singularidades.

Para interrogar os saberes e poderes, genealogicamente, é fundamental realizar uma análise e descrição histórica das práticas culturais cristalizadas e naturalizadas. Assim, ao pensar a cultura deste modo, nota-se a importância de observar as especificidades das produções em processos singulares e heterogêneos. Para Veyne (1979), a história conceitual auxilia a buscar conceitos para a análise sem torna-los universais a replicar como chave de leitura para todas as pesquisas históricas. O conceito de cultura popular, o de cultura erudita, o de folclore, por exemplo, estariam entre os acontecimentos a deslocar para efetuar defasagens analíticas no sentido de desnaturalizar práticas.

Não se trata apenas de fazer distinções, mas sim de pensar sobre as formas de acesso aos espaços e de qualificação da produção com base nos valores sociais que se criam a partir do distanciamento entre os grupos. Por tal razão, é importante pensar na produção da diferença que possibilita o trânsito e as possibilidades de existências, em um processo de transvalorização cultural, sendo as chaves analíticas propostas por Gilles Deleuze e Michel Foucault um aporte cuja presença na Psicologia pode contribuir, significativamente, para a pesquisa com documentos neste campo de saber.

Referências

- Albuquerque Jr., D. M. (2010). Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In Pinsky, C. B. & Luca, T. R. (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 203-25). São Paulo: Contexto.
- Artières, P. (2014). Les trouvailles de l'archéologue. In J-F. Bert, & J. Lamy (Orgs.), Michel Foucault. *Un heritage critique* (pp. 89-96). Paris: CNRS editions.
- Cardoso Jr., H. R. (2001). *Tramas de clio: convivências entre filosofia e história*. Curitiba: Aos quatro ventos.
- Castro, C. (2008). *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Cunha, M. T. (2009). Diários pessoais: territórios abertos para a história. In C. B. Pinsky & T. R. Luca (Orgs.), *O historiador e suas fontes* (pp. 251-280). São Paulo: Contexto.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Deleuze, G. (2004). *Diálogos*. Porto: Relógio D'Água.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G.; Guattari, F. (2000) *Mil platôs III: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2013). *Mil platôs I: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2014). *Kafka*. Por uma literatura menor. Belo Horizonte: Autêntica.
- Farge, A. (2009). *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP.
- Farge, A. (2011). *Lugares para a história*. Rio de Janeiro: Autêntica.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1996). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.

- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)* (3a. ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (2009). *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (2010). *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014). *Ditos e Escritos IX*. Rio de Janeiro: Forense.
- Gros, F. (2014). Problématisation. In J-F Bert & J. Lamy (Orgs.), *Michel Foucault. Un heritage critique*. (pp. 125-126). Paris: CNRS editions.
- Lemos, F. C. S. & Cardoso Jr, H. R. (2008). A Genealogia em Foucault: Uma Trajetória. *Psicologia e Sociedade*, 21 (3), 353-357.
- Nietzsche, F. (2003). *Considerações intempestivas*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- Rabinow, P. & Rose, N. (2003). *The essential Foucault*. New York: The Word Press.
- Reis, J. C. (2014). *História & teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Sforzini, A. (2014). *Michel Foucault. Une pensée du corps*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Veyne, P. (1979). *O inventário das diferenças*. História e Sociologia. São Paulo: Brasiliense.
- Veyne, P. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB.

Recebido em 26/11/2015

Aceito em 16/04/2016

Flávia Cristina Silveira Lemos: Psicóloga - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre em Psicologia e Sociedade - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Doutora em História - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-PQ02. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Pará, UFPA.

Dolores Galindo: Psicóloga - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre e Doutora em Psicologia Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Professora Professora adjunto IV em estudos da cultura contemporânea no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT.

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira: Psicólogo - Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestre e Doutor em Saúde coletiva - Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP. Professor Dr. Associado I em Psicologia Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).